10-B-85
08

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso C-PEM 2001

Partido TI

Solução do P-III-7 (Mo) - MONOGRAFIA

Apresentada Por

SIDNEY CORDEIRO DE ARAÚJO

CAPITÃO- DE-MAR-E-GUERRA (FN)

NOME E POSTO

RIO DE JANEIRO

2001

10-B-85

Prezador Leitor

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

Jo-B-85

BIBLIOTECA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
LEMBRAI-VOS DA GUERRA
ESCOLA NAVAL DE GUERRA
1914
EX LIBRIS

MARINHA DO BRASIL

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

— A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SUAS INFLUÊNCIAS NA MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL —

SIDNEY CORDEIRO DE ARAÚJO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN)

2001

ACERVO - 64516
EXEMPLAR - 91212

MB - EGN
BIBLIOTECA
06/03/2002
N.º 5585

Araújo, Sidney Cordeiro de, 1954 -
A Globalização Econômica e suas influências na Mobilização Industrial/ Sidney Cordeiro de Araújo. - Rio de Janeiro : EGN, 2001.
v, 47f.
Monografia: C-PEM, 2001
Bibliografia : f. F-1-F-3.
1. Os processos característicos da globalização econômica. 2. As formas de influência do poder econômico na soberania. 3. A situação da indústria nacional de material de defesa, da tecnologia e da pesquisa e desenvolvimento militares. 4. Aspectos conceituais e legais da mobilização nacional. 5. Análise das perspectivas de uma mobilização industrial. 6. As principais implicações da globalização econômica em atividades da mobilização industrial. 7. Sugestões de políticas e estratégias que contribuam para a implantação da mobilização industrial no Brasil – Brasil. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

Tema: A Globalização e suas influências na Mobilização Nacional

Título: A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SUAS INFLUÊNCIAS NA MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Tópicos a abordar:
- Origens do fenômeno globalização;
- O ambiente econômico globalizado;
- Poder econômico e soberania;
- A situação da indústria nacional de material de defesa;
- Tecnologia, pesquisa e desenvolvimento militares;
- Abordagem histórica da mobilização;
- Conceituação de logística e de mobilização;
- Aspectos legais da mobilização;
- A mobilização econômica;
- A mobilização industrial;
- Perspectivas de uma mobilização industrial;
- As implicações da globalização econômica em atividades da mobilização industrial; e
- Sugestão de políticas e estratégias.

Proposição:

Identificar as origens do fenômeno globalização; apresentar as características do ambiente econômico globalizado; analisar as influências do poder econômico no conceito de Soberania; analisar o estado atual da indústria nacional de defesa e seus aspectos tecnológicos, de pesquisa e desenvolvimento militares; apresentar os conceitos fundamentais de logística e de mobilização nacional; apresentar as perspectivas de uma mobilização industrial, com base nos aspectos legais e na situação nacional; apresentar as principais implicações da globalização na mobilização industrial e sugerir políticas e estratégias que as amenizem; e concluir quanto aos reflexos da globalização econômica na mobilização industrial.

Nº de palavras: 11.504

SUMÁRIO

	PÁGINA
Introdução	vi
CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO	1
ORIGENS DO FENÔMENO	1
O AMBIENTE ECONÔMICO GLOBALIZADO	2
Os catalizadores da globalização	4
A globalização e o desenvolvimento tecnológico	6
Internacionalização da indústria	9
Capital estrangeiro, volatilidade e vulnerabilidade externa	10
PODER ECONÔMICO E SOBERANIA	13
CAPÍTULO 2 – INDÚSTRIA NACIONAL DE MATERIAL DE DEFESA	18
A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA	18
TECNOLOGIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO MILITARES	21
CAPÍTULO 3 – MOBILIZAÇÃO NACIONAL	26
ABORDAGEM HISTÓRICA	26
LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO - CONCEITUAÇÃO ..	28
Logística nacional	28
Mobilização nacional	29
ASPECTOS LEGAIS	32
MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA	34
MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL	34
PERSPECTIVAS DE UMA MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL	35
Situação nacional	35
Capacidade de transformação da indústria	37
CAPÍTULO 4 – IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA EM ATIVIDADES DA MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL	40
Aprovação da legislação pertinente	40
Captação de recursos financeiros de suporte à mobilização	41
Desenvolvimento da indústria nacional	42
Capacitação tecnológica	43
Conscientização nacional	43
Políticas e estratégias sugeridas	44
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	46

ANEXO A – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO BRASIL A-1
ANEXO B – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS – Em US$ Mil Fob B-1
ANEXO C – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA C-1
ANEXO D – PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS – Em US$ Mil Fob D-1
ANEXO E – ENTREVISTA REALIZADA..... E-1
ANEXO F – BIBLIOGRAFIA..... F-1

INTRODUÇÃO

Assistiu-se, nos anos noventa, a popularização do conceito de globalização, utilizado de maneira flexível e imprecisa para descrever, dentre outros, fenômenos como a crescente convergência das mais diferentes nações em torno de valores básicos.

O amplo espectro deste conceito tem influenciado todos os segmentos ou expressões que caracterizam o Poder Nacional de um país, sejam eles de cunho político, militar, psicossocial, científico-tecnológico ou econômico.

A expressão econômica tem sido motivo de preocupação e de estudos de especialistas, por estar se transformando em importante instrumento de poder no âmbito das relações internacionais. E, à medida que o estreitamento das relações entre as nações se intensifica, crescem a cobiça e o conflito de interesses, aumentando, por conseguinte, a preocupação com os aspectos relacionados à Segurança e à Defesa Nacionais.

Assim, a primeira medida sensata envolve a busca de ações preventivas que possibilitem enfrentar situações emergenciais ou de conflito, com o mínimo possível de danos para a vida cotidiana do país.

Para isso, conta o Estado com o valioso instrumento que é a Mobilização Nacional. Esta, bem implementada, evita a imprevidência e constitui-se em fator dissuasório à disposição do país.

Compartilhando dessas preocupações, este trabalho tem como propósito verificar quais são as influências da Globalização Econômica no setor básico da Mobilização Nacional, ou seja, na Mobilização Industrial.

Para tal, inicialmente, serão identificadas as origens do fenômeno globalização, apresentadas as principais características do ambiente econômico globalizado e a influên-

cia do poder econômico no conceito de Soberania. A seguir, devido à sua importância para a mobilização industrial, será analisado o estado atual da indústria nacional de defesa. Em prosseguimento, após a necessária conceituação básica, será analisada a perspectiva de uma Mobilização Industrial, baseada na legislação em vigor e nos principais aspectos da conjuntura nacional.

Por fim, serão apresentadas as principais implicações da Globalização Econômica nas atividades de Mobilização Industrial, bem como serão sugeridas políticas e respectivas estratégias que poderão contribuir para a implementação da Mobilização Industrial no Brasil.

CAPÍTULO 1

GLOBALIZAÇÃO

"Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio, uma universal interdependência nas nações. Tanto na produção material como na produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todos. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura mundial."

Carl Marx, 1847.

ORIGENS DO FENÔMENO

O fenômeno Globalização não é novo. Ele é o resultado natural da evolução dos Estados-Nação que, ao atingirem o apogeu de seu desenvolvimento, se internacionalizam, ultrapassando fronteiras e influenciando os demais países.

Foi o que ocorreu com os impérios persa e romano, com Portugal e Espanha nos séculos XIV e XV e com a Holanda e Inglaterra nos séculos XV e XVI.

Como exemplo mais recente de Globalização, destaca-se a Revolução Industrial do século XVIII, iniciada na Inglaterra e considerada a formadora de uma nova era, a da modernidade.

Já no final do século XX, fatos marcantes como a Queda do Muro de Berlim (1989), o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), a entrada em vigor do Mercado Único da União Européia (1993) e as reformas econômicas dos anos noventa transmitiram a impressão de uma nova etapa histórica. O sentido econômico das relações internacionais ampliou-se tanto, que este novo período parece caracterizar o apogeu da evolução do sistema capitalista, iniciado na Idade Média.

Entretanto, o mais importante de um fenômeno é a sua compreensão. O seu diagnóstico possibilita o conhecimento dos conseqüentes processos, de maneira que se torne possível nele se inserir de modo pró-ativo.

Para tanto, torna-se necessária, inicialmente, a compreensão do ambiente econômico globalizado que caracteriza os tempos atuais.

O AMBIENTE ECONÔMICO GLOBALIZADO

A Globalização econômica pode ser compreendida a partir da interação de três processos distintos que podem ser assim definidos: a expansão dos fluxos internacionais de capitais, bens e serviços; a concorrência nos mercados internacionais e o processo de integração entre os sistemas econômicos nacionais.

A expansão dos fluxos de capitais, bens e serviços em nível global, deu-se em todos os mercados que compõem o sistema econômico-financeiro internacional. O comércio internacional, o investimento externo direto (IED) e as relações contratuais foram as formas de inserção dos países nesse sistema internacional. As exportações e as importações caracterizam o comércio internacional, enquanto que o IED representa a atuação do agente econômico-financeiro estrangeiro na economia nacional por meio de subsidiárias ou filiais. As relações contratuais permitem que os agentes econômicos nacionais produzam bens e serviços que têm origem em países distintos, como as patentes, as franquias, a cessão de uso de marcas, dentre outras.

Segundo Reinaldo Gonçalves (15:25), o fato que bem caracteriza a extraordinária expansão dos fluxos de capitais está relacionado com o grande aumento observado nos investimentos internacionais e "portfólio" que tiveram uma variação de US$ 400 bilhões em 1987 para US$ 1,6 trilhões em 1996, significando uma taxa média anual de crescimento de 17%.

A concorrência internacional , segundo processo da globalização econômica, é bem caracterizada pela disputa de mercado, entre instituições financeiras surgidas nas últimas décadas. Instituições bancárias passaram a concorrer com as não-bancárias, empresas transnacionais criaram suas próprias agências financeiras, passando a atuar no mercado, e os países em desenvolvimento instalaram centros financeiros importantes, em todos os continentes, para aplicação ou intermediação de recursos. Um bom exemplo deste processo é a situação da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, que possui representantes nos Estados Unidos, França, Austrália, China e Singapura e que disputa, atualmente, o domínio do mercado de aeronaves regionais com a empresa canadense BOMBARDIER.

O terceiro processo interativo da globalização econômica tem sido causado por uma crescente integração entre os sistemas econômicos. Esta integração manifesta-se na área financeira com a crescente emissão de ativos financeiros por residentes no país que acabam ficando nas mãos dos não-residentes e vice-versa. Na área produtiva, pode-se também comprovar que está havendo uma maior integração entre as economias, pois o IED, as relações contratuais e as operações das transnacionais, em escala mundial, aumentaram mais que a renda mundial (15:26), conforme verifica-se abaixo:

Período 1991 a 1997	**Fluxo de investimento externo direto**	**Relações contratuais**	**Comércio mundial**	**Renda mundial**
Taxas de crescimento anual (%)	12,1	12,2	7,2	4,9

O fato é que, na atualidade, essa integração internacional atingiu níveis que tornaram a estabilidade e o crescimento econômico nacionais muito mais sensíveis às variações da economia internacional. A questão assume proporções muito mais críticas nas economias periféricas, onde a moeda, os mercados financeiros e a própria estrutura de

produção apresentam precariedades e desequilíbrios que reduzem, substancialmente, sua capacidade de amortecer e administrar os efeitos das variações cíclicas da economia internacional. O fato se agrava quando os países possuem endividamento externo, pois ele retira não só parcela dos recursos que seriam direcionados para o investimento, como também a própria capacidade de promoção de ajustamentos.

Os três processos descritos vêm sendo dinamizados por fatores denominados de catalisadores.

Os catalisadores da globalização

Alguns fatores têm acelerado e permeado o fenômeno globalização, agindo como verdadeiros catalisadores. Esses fatores podem ser agrupados como de ordem política e institucional, de ordem sistêmica e estrutural e de ordem tecnológica.

O fator de ordem política e institucional está relacionado com o crescimento das idéias liberais dos anos 80, tendo como referência a ruptura do sistema de Bretton Woods, que regulava a ordem econômica num mundo ainda bipolar. Em seu lugar foi implantada uma matriz neoliberal nascida com o Consenso de Washington (13)[1]. Este consenso passou a ditar as regras para a condução da política econômica, sobretudo dos países periféricos. Dentre suas idéias, destacam-se a desregulamentação, a abertura das economias, a privatização, a integração das economias e a estabilização monetária como prioridade das políticas econômicas mundiais.

A instabilidade gerada por tal mudança, associada às novas políticas monetárias e cambiais dos países desenvolvidos, provocou um processo de inovação e adaptação ins-

---

[1] Consenso de Washington – expressão atribuída pelo economista John Williamson aos encontros realizados em Washington em 1989, quando foram elaboradas em conjunto, consensualmente, pelos principais centros e círculos do poder, política e reformas requeridas para os países periféricos saírem da chamada década perdida.

titucional no sistema financeiro internacional, gerando novos investimentos de proteção anti-riscos e incertezas, dentre os quais se destacam o desenvolvimento do mercado de derivativos, as taxas de juros e as novas estratégias dos investidores institucionais e, principalmente, das empresas transnacionais operando em todo o mundo. No que se refere às transnacionais, foi adotada uma estratégia de diversificação de recursos, com o intuito de uma maior dispersão geográfica, nela incluídos os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

O fator de ordem sistêmica e estrutural é conseqüência do movimento de acumulação ou insuficiência de demanda, observado no período de 1960 a 1990 e, principalmente, na década dos 80, nas economias capitalistas maduras, provocando grande dificuldade de expansão da esfera produtiva real dessas economias. A tabela a seguir (15:32) apresenta a desaceleração do crescimento da renda em países desenvolvidos, no período considerado:

PAÍS/ PERÍODO	1960-73	1974-79	1980-90
	Taxa de crescimento da renda		
EUA	4,0	2,8	2,3
JAPÃO	10,6	3,7	3,4
ALEMANHA	5,3	2,4	2,0
FRANÇA	5.7	3,1	1,9
REINO UNIDO	3,2	1,3	1,9

O resultado, como pode ser verificado, foi um processo generalizado de desaceleração do crescimento econômico das maiores economias capitalistas. A saída preferencial para contornar a insuficiência de demanda nos países desenvolvidos foi a procura dos mercados internacionais de bens, serviços e capitais, promovida ativamente por governos e empresas transnacionais.

O último fator está relacionado ao desenvolvimento tecnológico que, somado à revolução da informática e das telecomunicações, tem causado uma extraordinária redução nos custos operacionais e nos custos das transações comerciais em escala global.

Foram reduzidos os preços das operações produtivas e financeiras, facilitada a coleta de informações, o monitoramento dos mercados de capital e o controle das operações produtivas espalhadas pelo mundo.

Devido a sua relevância para a globalização econômica, a base tecnológica, além de ser um catalisador, tornou-se um aspecto fundamental das mudanças ocorridas, como será visto a seguir.

A globalização e o desenvolvimento tecnológico

A base tecnológica começou a ter papel decisivo no desenvolvimento das nações a partir da Segunda Guerra Mundial. Isto foi conseqüência do significativo incremento de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), principalmente aqueles oriundos dos países desenvolvidos, com a finalidade precípua de fortalecer seus sistemas de defesa, e enfrentar a problemática das relações internacionais advinda da Guerra Fria. Em conseqüência, também cresceu o envolvimento de instituições civis com a ciência e a tecnologia de defesa, tornando a área da segurança estratégica uma "sócia" da atividade científica e tecnológica em geral, sendo difícil, a partir de então, a distinção entre uma tecnologia específica de emprego militar ou civil. Tal correlação contribuiu para o surgimento de novos conceitos de segurança estratégica, para o desenvolvimento mais acelerado de produtos e para o aumento da competitividade industrial. Sua importância é tamanha que considera-se o final do século XX como o marco do término da revolução industrial e o início de uma nova fase, a era do conhecimento.

A questão tecnológica tornou-se fundamental em qualquer discussão sobre desenvolvimento, em todo o seu espectro. Tecnologia passou a se constituir em instrumento de poder das nações mais desenvolvidas e o seu domínio proporcionou condições para o controle e a monopolização dos mercados. Dessa forma, verificou-se que o acúmulo de

riqueza possibilita o aumento de poder, que por sua vez permite aumentar a concentração de riqueza. Esse ciclo cresce sistematicamente tal como uma "bola de neve". Os mais fortes ficam cada vez mais fortes e os menos favorecidos tornam-se cada vez mais fracos e impotentes. A propriedade intelectual está diretamente relacionada com tais conceitos, na medida em que aumenta a proteção daqueles que mantém o domínio tecnológico.

Nos países altamente industrializados, a maior parte da capacidade tecnológica necessária ao desenvolvimento de projetos encontra-se na indústria que, efetivamente, detém e busca monopolizar o conhecimento e os direitos de exploração dessa capacidade.

Nos países em desenvolvimento, isso não é observado, havendo um atraso tecnológico, que é agravado pelo pequeno investimento em P&D. Segundo Eiiti Sato (30:7), investe-se cerca de 0,8 a 1,0% do PIB nesses países, enquanto nos países desenvolvidos tais gastos chegam a triplicar e a maioria dos recursos destinados à P&D é investida na indústria, como mostram os dados constantes da tabela abaixo:

INVESTIMENTOS EM P&D				
País	**Ano**	**Total investido (US$ bilhões)**	**Total investido em relação ao PIB (%)**	**% PIB investido na indústria**
ESTADOS UNIDOS	1996	170,2	2,57	1,86(72,3% do total)
JAPÃO	1996	77,9	2,83	2,01(71,0% do total)
ALEMANHA	1998	38,6	2,33	1,61(69,0% do total)
FRANÇA	1996	25,4	2,32	1,42(61,2% do total)
REINO UNIDO	1996	20,4	1,95	1,26(64,6% do total)

No Brasil, o investimento em C&T atingiu o seu melhor índice em relação ao PIB no ano de 2000, quando alcançou o valor de 1,5%. A partir de então, recebeu um novo

alento com a criação dos "Fundos Setoriais[2]" que, somados aos recursos previstos no programa "Avança Brasil", projetam uma meta de 2,0% do PIB até 2003 (16). Tal iniciativa deverá elevar este índice a valores percentuais semelhantes aos dos países desenvolvidos, sem que isto signifique quantidades similares de recursos financeiros aplicados, haja vista a acentuada diferença de valores dos PIB daqueles países em relação ao do Brasil.

Como decorrência da baixa prioridade atribuída à P&D pelos países menos desenvolvidos, cresce o "abismo" científico e tecnológico existente, fazendo com que os países desenvolvidos os submetam a um verdadeiro processo de colonização tecnológica. É comum, atualmente, a absorção e a utilização de pacotes tecnológicos agregados, provenientes do exterior e controlados por empresas estrangeiras. Nesta prática há pouca ou nenhuma transferência de conhecimento para os países que recebem tais pacotes, gerando conseqüentemente uma dependência tecnológica quase total.

Assim a tecnologia externa se transforma em instrumento de modelagem e controle das estruturas produtivas nacionais, tornando-se mais grave quando esse instrumento é aplicado nos setores estratégicos.

Todavia, o avanço tecnológico possibilitado pelas inúmeras inovações surgidas, em especial nos setores de telecomunicações e informática, aliado às novas técnicas de produção e de gerência, proporcionaram condições que conduziram, principalmente, à descentralização e ao aumento da produção industrial. Tal fato contribuiu para a proliferação das empresas multinacionais ou transnacionais, que passaram a fixar , permanentemente ou não, alguns de seus setores produtivos em outros Estados, descentralizando ou internacionalizando suas indústrias.

---

[2] Fundos Setoriais – são fundos provenientes de "royalties", contribuições econômicas dos setores privados e dos setores explorados por contrato de concessão.

Internacionalização da indústria

A internacionalização da indústria foi uma estratégia econômica que visou, dentre outros propósitos, fugir dos rigores legais, diminuir custos, maximizar lucros, baratear mão-de-obra, ter mais fácil acesso aos insumos básicos, levando o investimento estrangeiro direto para os países onde pretendem se instalar. Esse investimento possui pontos positivos, já que representa poupança externa adicional, ganho de tecnologia e geração de renda para o país de destino.

A Sociedade Brasileira de Estudos das Empresas Transnacionais e Globais (SOBEET) identificou 161 empresas industriais de capital estrangeiro no Brasil, que realizaram vendas equivalentes a 20% do PIB. Numa comparação com as 500 maiores empresas privadas nacionais, considerando-se as industriais ou não, verificou-se que aquelas com capital estrangeiro obtiveram expressivo faturamento, alcançando quase 50% das vendas, conforme mostra o quadro a seguir:

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS NAS VENDAS EM 1996

Tipo de firmas	500 maiores firmas privadas	500 maiores firmas em geral
EMPRESAS TRANSNACIONAIS	48	37
EMPRESAS PRIVADAS BRASILEIRAS	52	39
EMPRESAS ESTATAIS	---	24
TOTAL	100	100

Fonte: SOBEET

Ainda segundo a SOBEET, com as recentes fusões e aquisições de empresas brasileiras por investidores estrangeiros, estima-se que o percentual de vendas das empresas transnacionais, privadas chegue a 70% em 2001, e que suas participações entre as cem maiores industrias nacionais alcance 60%, demonstrando que nos setores mais dinâmicos da indústria nacional cresce a liderança das empresas de capital estrangeiro.

É crescente, também, a participação dessas empresas nas atividades comerciais e bancárias, influenciando o setor terciário da economia brasileira, fato que deverá se acentuar com a evolução do mercado e com os efeitos da estabilização econômica que o país vem experimentando.

As exportações totais brasileiras de produtos industrializados (manufaturados e semifaturados), decorrentes de empresas com participação de capital estrangeiro, também vêm crescendo vertiginosamente nos últimos cinco anos, segundo o Diretor do Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior. Tal fato ocorre, apesar do distorcido aumento das importações, que vem priorizando principalmente os bens de consumo, em detrimento de equipamentos e bens de capital, potencializando um desequilíbrio da balança comercial. O número de empresas exportadoras, nacionais e estrangeiras, cresceu de 8537 para 16246 na década passada (14).

Uma análise superficial dos dados anteriores mostra uma significativa reestruturação da economia brasileira, onde o papel das transnacionais tem sido relevante, não só pelo aumento da sua participação nos setores mais dinâmicos, como por sua atuação na "alavancagem" das exportações de manufaturados. Assim, a experiência de internacionalização, presente na estratégia das empresas transnacionais, pode desempenhar um papel crucial, aumentando a capacidade exportadora brasileira, a partir da base local instalada. Entretanto, como será apresentado a seguir, a transnacionalização na esfera econômica, manifestada nas dimensões financeira, comercial, tecnológica e produtiva, pode acentuar a dependência e a vulnerabilidade externa.

Capital estrangeiro, volatilidade e vulnerabilidade externa

A entrada do capital estrangeiro nos países, sob a forma de IED, tem aumentado

significativamente.

As causas desse crescimento podem ser atribuídas à nova onda de aquisições e fusões de empresas, envolvendo negócios transnacionais, e às excelentes oportunidades de negócios surgidas. No caso do Brasil, a revitalização do IED tem sido incrementada pelos programas de privatização, a exemplo do verificado nos setores de telecomunicações e energia. As expectativas de lucros elevados na aquisição de ativos reais a preços reduzidos e o fraco mecanismo regulatório do Estado, também colaboraram para a atração anormal de investimentos externos.

Para que se tenha uma noção do crescimento do IED no Brasil, basta verificar que o estoque de capital estrangeiro, conforme os dados do Banco Central (27), aumentou 100% nos últimos quatro anos. Outros dados que comprovam o crescimento do IED no Brasil são apresentados no gráfico do Anexo A. O resultado desse acréscimo, segundo Reinaldo Gonçalves (15:74), significou o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Ele baseou sua conclusão a partir do passivo externo líquido do país (PEL), que representa os direitos adquiridos por estrangeiros atuando no país. Considerou os indicadores PEL/PIB e PEL/ Exportações como os melhores parâmetros para retratar a vulnerabilidade externa do país. Verificou que a relação PEL/PIB aumentou de 25,5% em 1994 para 31,9 em 1998 e que a PEL/Exportações também cresceu de 3,4% em 1994 para 4,7% em 1998. Houve, portanto, intenso processo de desnacionalização, pois cresceu a parcela do aparelho produtivo que está sob o controle das empresas estrangeiras.

Outro novo aspecto das relações econômicas em nível global refere-se à volatilidade dos fluxos de capital. Ela se manifesta por meio de mudanças abruptas na quantidade e no preço do capital externo e das mercadorias. As alterações nas quantidades envolvem mudanças, tanto no volume como na composição dos recursos externos. As

alterações de preço afetam as condições de captação de recursos externos, com mudanças nos preços de importação e exportação.

Assim sendo, o comportamento dos mercados torna-se imprevisível, já que depende da ação dos aplicadores, tornando os mercados voláteis e instáveis. Os movimentos de compra e venda passaram a considerar, além das necessidades dos aplicadores, a expectativa quanto ao rumo da valorização ou desvalorização dos ativos financeiros. A volatilidade tem reflexos negativos, principalmente em países em desenvolvimento, onde o mercado de ações é pequeno, quando comparado ao mercado internacional, no qual circula um montante maior de capital. Sendo a vulnerabilidade externa também identificada pela baixa capacidade de resistência de uma economia diante dessas variações, pode-se inferir que tal vulnerabilidade associada à crescente interdependência entre as economias nacionais, tende a aumentar. São exemplos de impactos causados pela volatilidade dos fluxos financeiros e da vulnerabilidade externa no desempenho da economia, as experiências dramáticas do Brasil, ocorridas durante as crises do México em 1994, asiática em 1997, da Rússia em 1998 e os primeiros revezes da atual crise econômica da Argentina. Resta ao governo, como mecanismo de defesa, a utilização de políticas macroeconômicas tradicionais, monetárias, fiscais e cambiais, de modo a obter o controle direto sobre os fluxos de capital evitando a vulnerabilidade, que será tão maior quanto menor for a capacidade governamental de formular políticas de ajuste econômico.

Quanto a essa capacidade, as empresas multinacionais têm procurado diminuí-la de diversas maneiras, com o propósito de facilitar o alcance de seus objetivos empresariais, influenciando e criando a falsa idéia de que os Estados estariam perdendo parte de sua Soberania.

PODER ECONÔMICO E SOBERANIA

A mudança nas relações entre a empresa estrangeira e o Estado foi outra alteração significativa trazida pela Globalização. Para melhor entendimento dessa relação torna-se necessário conhecer as fontes de poder dos agentes envolvidos no processo político-econômico, uma vez que o comportamento de cada um deles apóia-se sobre uma base de poder.

Max Weber (33:152) define o poder como sendo a probabilidade que um ator tem, dentro de uma relação social, de realizar sua própria vontade, apesar da resistência de outro ator, independentemente da base sobre a qual essa probabilidade se apóia.

As formas de exercício de poder, conforme Weber, são a coação, a autoridade e a influência. Tais formas compõem os elementos que a empresa de capital estrangeiro utiliza, em menor ou maior intensidade, para realizar sua própria vontade, apesar da resistência do Estado. O exercício do poder pelas empresas permite a escolha de modos alternativos de ação, visando a objetivos que nem sempre coincidem com os do Estado. Um bom exemplo desse exercício de poder, sob a forma de influência, é a estratégia empresarial de moldar percepções e preferências por produtos e serviços, utilizando os meios de comunicação de massa.

Quanto às fontes de poder, as empresas de capital estrangeiro podem ser classificadas em de fontes internas e externas. As fontes internas de poder estão associadas, de certa maneira, àquelas circunstâncias em que os governos sejam capazes de reduzir o poder das empresas. Um exemplo brasileiro é a influência do mercado internacional sobre a estrutura de mercado interno nos setores petrolífero, informático e farmacêutico, onde o Brasil tem conseguido exercer um razoável controle sobre as empresas estrangeiras que atuam em território nacional. Outras fontes internas de poder das empresas es-

trangeiras são: a liderança de determinado mercado; o fácil acesso aos tomadores de decisão; as associações com grupos industriais e financeiros locais; a importância estratégica dos bens produzidos; o controle e o uso dos meios de comunicação, dentre outros. Até a corrupção pode se transformar numa fonte de poder interna, na medida em que o Estado fique prejudicado ao adotar políticas relacionadas às empresas estrangeiras, devido a "vazamentos" de informações nos setores governamentais corrompidos.

Aspecto importante se refere ao tamanho da empresa. Quanto maiores forem seus recursos de propriedade, maior tende a ser sua capacidade de utilizar métodos diferenciados de controle de mercado, geração de poder econômico e, conseqüentemente, poder político. O maior volume de recursos financeiros também permite o financiamento de programas e métodos de influenciação dos tomadores de decisão, sendo a propaganda um recurso bastante utilizado para essa finalidade.

A própria estrutura do mercado internacional, caracterizada pelo elevado grau de concentração dos mercados, pelo número total de competidores e pela crescente competitividade entre eles, faz com que as empresas tenham uma propensão de formação de cartéis e conluios, adquirindo maior controle dos mercados e maior poder de barganha junto aos governos.

A propriedade da tecnologia é atualmente uma fonte considerável para exercer pressão. Quanto mais rápido se processar uma inovação tecnológica, principalmente a relacionada com a tecnologia de ponta, de difícil obtenção no mercado, maior será o poder de barganha ou de pressão das empresas estrangeiras. Neste aspecto, pode-se chegar, até mesmo, a uma situação de "apartheid" tecnológico, provocado por governos que fortalecem o poder de negociação de suas empresas com outros governos.

Todavia, a principal característica da empresa de capital estrangeiro, com relação a fonte de poder, diz respeito à origem de sua propriedade, que se torna de fundamental

importância na determinação de seu poder econômico-político. A empresa poderá, baseada na sua capacidade de mobilizar recursos, exercer uma política de "dumping'em qualquer mercado específico, haja vista a sua capacidade de deslocar recursos de uma subsidiária para outra, entre países, como uma tática para controlar mercados, gerando poder econômico e, conseqüentemente, poder político.

Em face dessas novas relações entre o Estado e as empresas estrangeiras, surgiu a idéia errônea que a globalização estaria enfraquecendo a Soberania dos Estados.

Define-se Soberania (4:48) como sendo:

> "a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de conviver com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem a participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. A Soberania significa também, a supremacia da ordem jurídica do Estado em todo o território nacional".

O Estado é a instituição básica que tem o papel essencial de proporcionar os fundamentos da organização da sociedade. A ordem econômica, dada a sua atual complexidade, requer do Estado um certo ordenamento, para promover melhor o uso alternativo de recursos. Tal intervenção torna-se necessária em situações de crises econômicas, nas quais os mecanismos normais da economia, as leis de mercado, sejam ineficientes para corrigir as distorções e conduzir à situação de normalidade o sistema econômico. Estará o Estado, dessa maneira, exercendo sua soberania econômica, que significa, portanto, o controle nacional das decisões básicas que afetam a economia do país.

O ambiente internacional tem valorizado o papel do mercado e minimizado a importância do Estado. Esta afirmação baseia-se na política neoliberal do "Consenso de Washington" que impôs ao mundo normas de convivência econômica. Tal política neoliberal tem conduzido os países a um rápido processo de privatização de segmentos pri-

oritários do setor público, assim como estimulado a desregulamentação. Além dessa política, o emprego, cada vez mais intenso, dos modernos recursos de informática e de comunicações tem permitido as associações de pessoas, grupos de países (blocos econômicos integrados), Organizações Não-Governamentais, empresas transnacionais e grupos de pressão a influírem na condução política dos Estados. Tais situações fazem com que os mesmos fiquem com a difícil tarefa de coordenar os interesses nacionais com aqueles pleiteados por países, empresas ou organizações diversas.

Apesar de os Estados, historicamente, terem sempre atuado sob pressão de toda ordem, a globalização econômica trouxe novas formas de relacionamento entre eles e as empresas, causando a impressão de que elas estejam impondo novos limites ao exercício da Soberania dos países, notoriamente naqueles cujo processo de abertura é recente, corroendo suas condições de formular e conduzir políticas econômicas. Entretanto, essa imposição de limites deve ser bem compreendida.

O Estado, na busca de sua inserção no contexto mundial, de uma maneira vantajosa ou que atenda aos interesses nacionais, participa de acordos e regras que podem até restringir sua autonomia na formulação de políticas, principalmente no setor econômico.

A aparente submissão aos dispositivos legais de uma negociação não caracteriza perda de Soberania, pois as decisões e acordos são reversíveis, principalmente no âmbito das relações internacionais. Portanto, a redução da Soberania tão divulgada pelos condutores da globalização, não passa de mais uma estratégia de influenciação dos países mais poderosos, com o propósito de facilitar o acesso ou a presença de suas empresas nos países periféricos.

O grande paradoxo que surge com a globalização é o de que, se por um lado aumenta a dificuldade dos Estados na formulação e condução de políticas econômicas, eles têm se tornado cada vez mais imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento.

Vistos os aspectos econômicos da globalização, torna-se necessária, antes de iniciar o capítulo sobre Mobilização, uma análise da situação atual da Indústria Nacional de Material de Defesa, em virtude da sua importância para a Mobilização Industrial.

CAPÍTULO 2

INDÚSTRIA NACIONAL DE MATERIAL DE DEFESA

"Sem possuir armas próprias, nenhum Principado está seguro, está, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades".

Machiaveli

A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE MATERIAL DE DEFESA

As primeiras experiências concretas da Indústria Nacional de Material de Defesa (IMD) datam da Segunda Guerra Mundial com as tentativas de desenvolvimento de sonares e a remodelagem de navios, que serviram como indicadores de uma certa capacidade industrial e técnica. Entretanto, não foram essas bem-sucedidas experiências que conduziram a indústria brasileira de material de defesa ao estágio de sofisticação alcançado no final da década de 80, e sim a persistência do setor militar, a partir da década de 60 que, percebendo a dependência brasileira de fornecedores externos, resolveu criar sua própria fonte de abastecimento.

Naquela década, o material anteriormente recebido dos EUA havia envelhecido e apresentava grandes limitações. Entretanto, tais deficiências foram solucionadas com a repotencialização desse material, que continuou operando, ainda, por muitos anos.

Para prosseguir nessa direção, o Brasil dispunha, à época, de uma razoável estrutura de pesquisa e formação de mão-de-obra, ampliada com a implantação, no país, de novos centros especializados e de pesquisas e formação. Existia também, um parque industrial capaz de atender razoavelmente aos principais requisitos do período de desenvolvimento e implantação da IMD.

O esforço inicial se concentrou na diversificação do pequeno núcleo produtivo e-

xistente que fabricava uniformes, munições, armas leves, e viaturas leves. Posteriormente, passou-se a produções mais complexas, como blindados, canhões, metralhadoras de maior calibre, embarcações e serviços de repotencialização de sistemas de uso militar. Tais atividades garantiram, mais tarde, uma nova capacidade de produção, em função da experiência adquirida nas desmontagens e modificações de sistemas mais complexos, como carros de combate, aviões, navios de guerra, canhões, munições pesadas, dentre outros.

A partir dessas experiências iniciais e do conseqüente crescimento das indústrias, e do fim do Acordo Militar Brasil-EUA, denunciado em 1977, começaram a surgir empresas de economia mista e de capital privado dispostas a investir em material de defesa, e que se converteram em empresas produtoras desse material em decorrência das experiências adquiridas com o fornecimento de itens para as Forças Armadas (FA).

As principais empresas de nível internacional, voltadas para a produção de material de defesa, então formadas, na década de 60, foram: AVIBRÁS, ENGESA, EMBRAER e IMBEL.

No final dos anos setenta, após uma fase de implantação e ocupação do mercado interno, satisfazendo razoavelmente às necessidades das FA, a indústria brasileira de armamentos iniciou uma campanha de penetração em nichos do mercado internacional, visando à obtenção das economias de escala que a escassa demanda interna não permitia, aproveitando a abundância de recursos financeiros, gerados pela exportação de petróleo no Oriente Médio, assim como a conturbada situação política lá vigente, que determinava anos antes, um considerável aumento da demanda de armamentos.

Estimulados pela política norte-americana de restringir o fornecimento de suas armas para os países do então Terceiro Mundo, vários países se apressaram em ocupar este promissor mercado. Os mais bem-sucedidos foram os produtores tradicionais, co-

mo a Rússia e a França, que aumentaram, substancialmente, suas participações naquele mercado. O Brasil, razoavelmente industrializado, logrou êxito, pois se encontrava em condições de explorar essa situação.

A guerra Irã-Iraque (1980-88) foi o principal fomento da indústria bélica até meados da década de 80. No entanto, o término dessa guerra e os acordos de paz assinados entre os EUA e a Rússia, os grandes fornecedores de armas para o Oriente Médio, reduziram a fabricação de armamento, sendo iniciada uma nova era para o mercado bélico mundial.

Até o final da Guerra Fria, a rivalidade existente entre o Ocidente e o Leste europeu influenciava, diretamente, as características dos armamentos e sistemas, desenvolvidos para emprego em um possível conflito no teatro europeu.

O término dessa Guerra trouxe novas questões, dentre elas está o desaparecimento do inimigo, até então, visível o tempo todo. A conseqüência direta desse fato foi uma redução drástica nos orçamentos militares na maioria dos países. Somou-se a isso, a escalada dos custos de desenvolvimento e produção dos modernos sistemas de armas da atualidade que levou as empresas produtoras de material de defesa à mudanças em suas estratégias. No caminho da globalização, a tendência foi o surgimento de uma massiva reformulação das indústrias de defesa em todo o mundo, com ocorrência de falências, concordatas, fusões e perda de preciosos recursos humanos com "know how" no setor.

Se por um lado, a exportação alimentou parte do crescimento dessa indústria, por outro, poderia oferecer um desfecho melhor para o parque industrial produtor de material militar, caso houvesse uma política de diversificação de mercado. O rápido crescimento conseguido às custas do Oriente Médio, por meio de vendas para o Irã e o Iraque, teve um forte retrocesso com o fim da guerra entre os dois países. Hoje vive-se a expectativa do que será o futuro dessa indústria, embora esforços estejam sendo feitos para

salvar, ao menos, parte do parque fabril montado e da mão-de-obra especializada treinada.

Obviamente, todas essas dificuldades mencionadas são adversas à sobrevivência da IMD e levam à preocupante constatação de que, sem tecnologia e produção nacional neste setor estratégico, fica ameaçada a validade das nossas decisões no campo da soberania nacional, uma vez que elas não contarão, se persistirem os problemas citados, com o respaldo de FA convenientemente equipadas.

A IMD é fundamental para a segurança nacional, devendo crescer sem dependência externa. A aquisição de tecnologia autóctone, no campo militar, é necessária, devido aos inúmeros embargos existentes às tecnologias sensíveis.

Como confiar em componentes inteligentes fabricados e adquiridos de terceiros? E quais seriam as verdadeiras limitações ao seu uso?

TECNOLOGIA, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO MILITARES

As FA têm realizado esforços contínuos nos setores tecnológicos, na pesquisa e no desenvolvimento de itens para o seu arsenal militar, apesar das sérias limitações orçamentárias enfrentadas nas últimas décadas.

Na Marinha, as atividades de ciência e tecnologia vêm sendo executadas por intermédio de diversos projetos do Plano Diretor, aprovados de acordo com o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha. A adoção de parcerias com universidades de reconhecida capacidade e com indústrias foi uma das opções bem-sucedida adotada pela Marinha para o desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos. Os seguintes centros e institutos de pesquisa coordenam esses esforços ou desenvolvem projetos isolados: Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo

(CTMSP), Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) e o Centro de Coordenação de Estudos da Marinha em São Paulo (CCEMSP).

Apesar da indústria de construção naval ter ficado praticamente sucateada, após o desmonte da Marinha Mercante, encerrando atividades na quase totalidade dos estaleiros brasileiros, a Marinha de Guerra vem encontrando alternativas nos seus arsenais para a construção de novos meios navais, sejam eles concebidos por seus engenheiros ou pela reprodução de unidades adquiridas.

Um bom exemplo da perseverança marinheira é o atual projeto do submarino de propulsão nuclear, fruto de esforço conjunto entre o CTMSP e a Universidade de São Paulo. Embora não se tenha uma previsão acurada de quando o Brasil estará dotado desse importante meio naval, tendo em vista as restrições financeiras que vêm atrasando o cronograma, os avanços tecnológicos alcançados, como o domínio do enriquecimento do urânio, dentre outros, já chamam a atenção da comunidade científica mundial. Projetos e realizações estão sendo desenvolvidos nas áreas de armas, sistemas de guerra eletrônica, sistemas digitais, química e área de análise de sistemas e pesquisa operacional. Atualmente encontram-se em construção submarinos, navios patrulha, corvetas e embarcações menores.

No Exército, o esforço é desenvolvido por intermédio do Sistema de Ciência e Tecnologia, que é coordenado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) e abrange o Centro Tecnológico do Exército (CTEX), o Instituto Militar de Engenharia (IME) e o Centro de Avaliações do Exército (CAEx).

A indústria dirigida à Força Terrestre foi a que mais cresceu nos anos 70 e 80, porém foi a que mais sofreu com a crise. Apesar disto, seu setor automotivo obteve uma fatia considerável no mercado externo: do utilitário ao caminhão de cinco toneladas, dos blindados Cascavel e Urutu, foram mais de 12600 viaturas vendidas para 27 países, no

valor de 2,6 bilhões de dólares (32). Outros projetos como o carro de combate médio Tamoyo, da Bernardini e a viatura blindada de reconhecimento Jararaca permaneceram somente nos protótipos, pois as empresas envolvidas no seu projeto e desenvolvimento desistiram da fabricação, por falta de encomendas. As empresas CBC, AVIBRÁS e a IMBEL foram as que sobreviveram diante das dificuldades advindas da crise das indústria bélicas.

Uma empresa que merece destaque é a recém-criada Mectron Engenharia que desenvolve mísseis antitanque de médio alcance MSS-1.2. Outras empresas como a D.F.Vasconcelos, a Hidroar e a IBQ- Indústrias Químicas vêm produzindo, com muita dificuldade, material para o Exército.

Na Aeronáutica, o Sistema de Ciência e Tecnologia está a cargo do Departamento de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento (DEPED), que tem sob sua subordinação o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Campo de Provas Brigadeiro Veloso (CPBV). O DEPED desenvolve ações visando fortalecer e aprimorar a indústria aeroespacial, a capacidade dos recursos humanos e a melhoria do complexo científico-tecnológico aeroespacial.

A retração do mercado mundial de armamento, no início dos anos 90, e da aviação regional, que levou à falência empresas como a Engesa, conduziu o setor aeroespacial a uma fase de reestruturação, iniciada em 1995 e concluída em 1997 com a recuperação da Embraer e o surgimento da Tectelcom Aeroespacial.

A privatização trouxe à Embraer a visão empresarial que lhe faltava, abrindo caminhos para a procura de novos financiamentos. Hoje essa empresa é a maior exportadora brasileira (ver Anexo B). O desenvolvimento de projetos como o ERJ-135, ERJ-145 e o recente EMB -145, avião de alerta antecipado , que participará do Sistema de

vigilância da Amazônia, mostram seu nível de capacidade tecnológica.

A Aeronáutica possui ainda, dentre outros projetos, o AL-X, descendente da família do Tucano, para vigilância das fronteiras brasileiras e o P-X para patrulha marítima, com capacidade anti-submarino.

No setor aeroespacial destaca-se o Programa Nacional de Atividades Espaciais que abrange dois projetos relevantes: o Veículo Lançador de Satélites (VLS), a cargo da Aeronáutica, e os Satélites de Coleta de Dados (SCD) e de Sensoriamento (SS), a cargo do INPE. É principalmente nesse setor que o Brasil vem enfrentando grandes dificuldades na aquisição e no domínio de tecnologia avançada, em virtude de os referidos projetos envolverem lançamento de ogivas de guerra, consideradas como tecnologia sensível pelos países desenvolvidos.

Embora as FA mantenham projetos na área da P&D, a ausência de uma política adequada e do apoio efetivo do governo federal para este setor estratégico são os grandes óbices existentes.

Caso persistam tais dificuldades, poderá ser gerado um círculo vicioso onde a pesquisa e o desenvolvimento insuficientes conduzam à falta de competitividade, que leva à falta de escala de produção, que conduz a custos elevados e que levam a insuficientes pesquisa e desenvolvimento. Este processo trará indesejáveis conseqüências para a Segurança Nacional, como a dependência do material bélico estrangeiro, dentre outros.

A perseverança das FA, a despeito dos óbices, deve ser mantida, pois a IMD é fundamental para a Segurança Nacional e básica para a Mobilização Industrial, pois dela advirão a capacidade tecnológica e os recursos humanos necessários à transformação do parque industrial nacional.

Apresentados os aspectos relacionados à IMD, no próximo capítulo serão aborda-

dos os conceitos fundamentais de mobilização, bem como analisada a perspectiva de mobilização industrial, baseada nos aspectos legais , na conjuntura nacional e na capacidade industrial brasileira.

CAPÍTULO 3

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

"Desde o momento em que a esmagadora capacidade industrial dos EUA teve a oportunidade de se fazer presente em todos os Teatros de Guerra, passou a não haver, para a Alemanha, qualquer possibilidade de vitória final".

Mal Rommel

ABORDAGEM HISTÓRICA

Antes de iniciar um estudo de mobilização, faz-se necessária uma sucinta abordagem do assunto sob o ponto de vista histórico.

Um dos primeiros indícios relacionados à mobilização refere-se aos hieróglifos egípcios encontrados, referentes ao período do faraó Tutmés III, que continham conselhos para auxiliar os grandes generais da época. A própria bíblia conta o processo de mobilização desencadeado por Moisés em relação aos israelitas.

Na Grécia, Alexandria e em Roma, foram encontrados escritos acerca de forte mobilização desencadeada por Felipe, pai de Alexandre, por ocasião da campanha de conquista Pan-Helênica à época do Império Macedônico.

Todavia, experiências mais concretas apareceram no século XIX, durante a guerra franco-prussiana, com a construção, pelos prussianos, de ferrovias com finalidades logísticas e de mobilização, além do preparo de uma reserva de pessoal apta para os futuros combates.

Outro fato interessante ocorreu em 1831, com a criação de uma Segunda Seção de Estado-Maior no exército alemão que tratava do assunto mobilização, envolvendo tarefas relacionadas com organização, instrução, manobras e planos de mobilização.

Neste mesmo século, o Estado-Maior alemão também criou um Centro de Planejamento na Guerra e na Paz, cujo propósito era o de elaborar planos distintos, considerando as fases de preparo e de execução da mobilização.

Com o surgimento do conceito de "Nação em Armas" e o modelo da guerra em movimento, ambos no período Napoleônico, o Estado-Maior francês deixou parte do empirismo de então, passando a planejar científica e analiticamente e solidificando conceitos de logística e mobilização. Naquele momento, surgia o termo Logística, graças à figura do "General Des Logis", sinônimo de um oficial dedicado, dentre outras atividades, a dirigir as colunas de marcha e posicioná-las no terreno e a prover as requisições e os suprimentos. É dessa época também o grande pensador militar H. Jomini que ressaltava a importância da existência de um perfeito planejamento, principalmente em tempo de paz, para o enfrentamento das eventualidades de uma guerra. A ele é atribuída a difusão do termo Mobilização, do francês "Mobilisation", que possuía caráter militar.

O verdadeiro ponto de inflexão foi a Revolução Industrial que permitiu a efetivação da mobilização, como conseqüência do extraordinário desenvolvimento tecnológico e industrial, revolucionando a produção e permitindo que fossem geradas grandes quantidades de itens a serem estocados. A partir de então, a industrialização passava a ter importância capital para as potências militares.

Entretanto, o conceito de Mobilização Industrial surgiu somente na Primeira Guerra Mundial, como parcela da Mobilização Econômica, englobando a construção, conversão e expansão de fábricas. Foi nessa época que a mobilização passou a ser um fator determinante da estratégia, como foi no caso da guerra de corso movida pela Alemanha contra os aliados. Foi nessa mesma ocasião que os Estados foram obrigados a intervir na economia, para superar problemas surgidos como a subprodução, falta de mão-de-obra e a inflação.

No interstício entre as guerras mundiais, a mobilização foi subestimada. O resultado veio logo depois, durante a Segunda Guerra Mundial, cujas despesas chegaram a dez vezes mais que as observadas na guerra anterior. Tal episódio, segundo Armando Vidigal (31:81), caracterizou-se como uma guerra basicamente de suprimentos, onde os EUA acumularam enormes recursos materiais e souberam abastecer suas tropas nas quantidades e nos momentos corretos. Foi também nessa época que a mobilização passou a envolver as nações em todas as expressões do Poder Nacional.

No período pós-guerra, surgiram novos conceitos de mobilização, dentre eles o da mobilização permanente na qual uma parcela do Poder Nacional fica em condições de ser requisitada pelo Poder Militar. Esta nova concepção foi empregada pela Inglaterra no Conflito das Malvinas/Falklands e posteriormente pelos EUA na Guerra do Golfo.

No Brasil, duas experiências de mobilização foram notórias. A primeira conduzida durante a Guerra contra o Paraguai e a outra por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Para o enfrentamento desta última, foi criada uma Coordenação de Mobilização Econômica, composta de doze coordenadorias setoriais, dentre as quais se destacou a de produção industrial. A partir de então, o tema Mobilização permaneceu quase exclusivamente limitado ao âmbito militar.

LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO – CONCEITUAÇÃO

Antes de iniciar o estudo da Mobilização, faz-se necessário apresentar os conceitos de Logística e de Mobilização para que estas duas atividades fiquem bem individualizadas e não sejam confundidas.

Logística Nacional – A atividade Logística é muito antiga, sendo caracterizada pela dinâmica de previsão e provisão de meios. Devido a sua atuação na solução de complexos problemas de apoio às forças militares, passou a ser considerada como um dos

fundamentos da arte da guerra. Em várias ocasiões, mais do que a Estratégia e a Tática, a Logística foi determinante de vitórias e derrotas, deixando a impressão de que o resultado final de uma guerra pode ser influenciado pela superioridade logística ou pela capacidade de melhor aproveitá-la.

Sua importância foi crescente ao longo da história e, após a Segunda Guerra Mundial, foi se desvinculando do significado exclusivo de apoio às operações militares, extravasando o conceito militar para tornar-se presente em âmbito nacional, ou seja em todas as expressões do Poder Nacional.

Devido a seu caráter amplo, passou a ser designada como Logística Nacional, cujo conceito (5:14) transformou-se em: "Conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos necessários à realização das ações planejadas para a consecução da Estratégia Nacional".

Este conceito diferencia-se do de Mobilização Nacional por utilizar meios existentes no Poder Nacional Atual, enquanto que a Mobilização está intimamente relacionada com o Potencial Nacional, atinente às transformações necessárias para complementação da Logística.

Mobilização Nacional – A rápida transformação que ocorreu na conjuntura internacional, desde o final da Guerra Fria, trouxe para os países um quadro de incerteza e insegurança. O término do conflito Leste-Oeste, ao invés de propiciar a harmonia tão esperada entre as nações, fez eclodir novos ou latentes conflitos, sob a forma de guerras regionais, agressões econômicas ou outros tipos de ameaças não declaradas, afetando a tranqüilidade e a segurança das nações.

Dessa maneira, com maior ênfase que no passado, as nações devem estar precavidas para neutralizar ou eliminar ameaças que surjam, evitando improvisações, pois se

não o fizerem, estarão comprometendo a própria Soberania e estimulando a ação de países beligerantes ante a imprevidência do oponente.

O preparo e a execução das ações relacionadas à Segurança e à Defesa devem ser exigências continuadas, de modo que a nação mantenha meios permanentemente voltados para essas atividades e , simultaneamente, tenha capacidade de reforçá-los, seja pela produção de novos meios ou pela transformação dos existentes. Daí nasce o conceito de Mobilização Nacional (5:14): "Conjunto de atividades planejadas, empreendidas ou orientadas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, para capacitar o Poder Nacional a realizar Ações Estratégicas de Defesa, em face da declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira".

Assim como na Logística Nacional, a Mobilização atua em todos os campos do Poder Nacional, organizando-os e direcionando-os para o esforço de guerra. Todavia, nas expressões Econômica e Militar, situa-se a preponderância de suas atividades. Na Expressão Econômica, identifica-se como a fonte da maior parte dos recursos e dos meios, enquanto que a Expressão Militar é a grande utilizadora desses recursos, sejam eles materiais, humanos ou econômico-financeiros.

A Mobilização Nacional divide-se em duas fases: Preparo e Execução.

Na fase do Preparo, de caráter permanente, são planejadas as atividades relativas à Execução, desencadeadas as medidas que incentivem e fortaleçam o Poder Nacional e que facilitem a transformação do potencial nacional em poder. Assim, é na paz que os órgãos do Estado tomam as providências necessárias para uma possível Mobilização Nacional, assegurando os recursos requeridos, em quantidade e qualidade, no local e no tempo oportuno. Nesta fase, são também incrementados os programas governamentais destinados ao desenvolvimento e relacionados com a Mobilização.

A fase da Execução, de aspecto eventual, constitui-se em um conjunto de atividade-

des empreendidas pelo Estado, de modo compulsório, logo após ser decretada a Mobilização, de modo que os meios existentes no Poder Nacional sejam transferidos e adaptados para a produção de material bélico e que seja iniciada a produção oportuna de meios adicionais.

Para que as atividades de Mobilização se desenvolvam com o mínimo de transtorno para a nação, tanto na fase do Preparo como na Execução, é necessário a existência de um conjunto de órgãos governamentais, coordenados e orientados pelo Estado, que trabalhem de maneira sistêmica. No caso do Brasil, tal sistema será denominado de Sistema de Mobilização Nacional (SINAMOB).

O SINAMOB, que se encontra inserido no anteprojeto que deverá criar a Lei de Mobilização Nacional, está estruturado em um Órgão Central, Sistemas Setoriais e Sistemas Ministeriais. O Órgão Central será o Ministério da Defesa (MD) que terá como tarefas a elaboração da Doutrina Básica, da Política, das Diretrizes e do Plano Nacional de Mobilização. Tal legislação orientará os órgãos do SINAMOB na elaboração de seus planejamentos.

Observando-se a estrutura organizacional do MD (ver Anexo C), verifica-se a existência de somente uma subchefia responsável pelo assunto mobilização. O Estado-Maior de Defesa (EMD) não possui um setor específico que trate do assunto, somente da logística. Este fato poderá acarretar grandes transtornos quando da ativação da Estrutura Militar de Guerra, em função das decisões a cargo do EMD relacionadas com aspectos de Mobilização.

Como o SINAMOB nunca foi ativado, devido à falta de respaldo legal, torna-se fundamental a aprovação da Lei de Mobilização Nacional.

Apesar da precária legislação no setor militar, funciona o Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL). Não é um sistema integrado, pois cada Força Singular possui seu

próprio subsistema de mobilização, que funciona de forma independente. Porém, são os únicos sistemas setoriais que possuem estruturação formal e que desenvolvem atividades rotineiras da fase de Preparação da Mobilização. Dentre as atividades realizadas pelo SISMOMIL, destacam-se: o controle do pessoal reservista e mobilizável; o cadastramento de empresas e estabelecimentos industriais; atividades de especificação, catalogação e padronização de material; manutenção do registro de navios mercantes, aeronaves e meios de transporte terrestre; e um limitado fomento à indústria, visando ao desenvolvimento de projetos de interesse militar.

Logo, conclui-se que as atividades de Mobilização atuais desenvolvem-se somente na área militar.

ASPECTOS LEGAIS

A Constituição Federal (CF) prevê no artigo 22, item III (2:24), que compete a União legislar sobre: "requisições civis e militares, em caso de perigo iminente e em tempo de guerra".

Todavia, a Lei de Requisições existente, datada de 1942, encontra-se fora de vigência, de acordo com o parecer n 022 de 11 de junho de 1964, do Consultor Geral da República (29). Ainda no artigo 22 da CF, o item XXVIII refere-se à mobilização, quando afirma ser de competência privativa da União legislar sobre: "defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional."

Outra referência ao assunto encontra-se no artigo 84, item XIX (2:59), que afirma ser de competência do Presidente da República: "declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional."

Comparando-se os artigos 22 e 84, verifica-se que no primeiro a CF autoriza as requisições tanto em caso de perigo iminente como em caso de guerra; todavia no artigo 84, a decretação parcial ou total da mobilização somente é autorizada após a declaração de guerra. Devido às atividades de requisições estarem relacionadas com a mobilização, esse artigo deveria ser alterado do modo que a decretação parcial ou total da mobilização ocorresse nas mesmas condições previstas para as requisições.

A Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada em 1996, representa um importante marco na evolução do pensamento estratégico nacional, tanto em termos políticos como militares. No sentido político, ampliou o espectro das discussões sobre defesa, encerrando um período no qual o tema restringia-se à esfera militar. A PDN abriu espaço para a participação da sociedade nos temas de defesa e de mobilização.

Dentre as diretrizes constantes da PDN, destaca-se como relacionada à mobilização a seguinte (8:11): "aprimorar o Sistema de Mobilização Nacional para atender às necessidades do país, quando compelido a se envolver em conflito armado."

O atendimento dessa diretriz será facilitado com a aprovação da Lei de Mobilização Nacional, que instituirá o SINAMOB. O funcionamento desse sistema terá como base a evidência de que, quanto maior for a capacidade de mobilização do país, maior será a segurança, devido ao seu poder dissuasório disponível, e quanto maior a segurança, mais fortalecida será a Soberania Nacional e, por conseguinte, maior a possibilidade de desenvolvimento nacional, em face da íntima relação da Mobilização com as políticas governamentais de desenvolvimento.

Os demais documentos afetos ao setor são: Plano Nacional de Mobilização (1983); Doutrina Básica de Mobilização Nacional (1983); Diretriz Setorial de Mobilização Militar (1988); Política Governamental de Mobilização Nacional (1989); e Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional (1989).

Esses documentos necessitam ser revistos, pois são anteriores à CF ou à PDN. Neste sentido, encontram-se sob a forma de anteprojetos de lei os seguintes documentos: Lei de Mobilização Nacional, Lei de Requisições, Manual de Mobilização Nacional, Política e Diretrizes de Mobilização Nacional e uma nova PDN (29).

MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA

É na Mobilização Econômica que as atividades da Mobilização Nacional têm grande amplitude e intensidade, pois nela é reunida a maioria dos recursos e dos meios tangíveis[3] a serem empregados numa situação de emergência.

O seu propósito é adaptar a economia vigente a outra realidade, onde haverá novas exigências do sistema econômico, além das ações correntes cotidianas. Tal adaptação atenderá a uma situação emergencial, sem causar grandes transtornos à nação. Desse modo, o conceito de Mobilização Econômica (6:28) pode ser definido como: "conjunto de atividades de natureza econômica, planejadas, empreendidas ou orientadas pelo Estado, desde a situação normal visando a transformação da economia de paz em Economia de Guerra[4], para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da declaração do estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira".

O propósito final da Mobilização Econômica é a transformação, sob rigoroso controle governamental, de uma economia de paz para uma economia de guerra.

MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL

A Mobilização Industrial constitui o segmento da mobilização econômica de mai-

---

[3] Meios tangíveis – referem-se a infra-estrutura industrial, recursos materiais e humanos, insumos etc.

[4] Economia de Guerra – consiste em uma nova condição operacional a que a economia de paz é conduzida pelo governo, mediante a utilização de instrumentos e medidas apropriados, visando a atender, oportuna e adequadamente, as necessidades da Nação, em tempo de guerra.

or importância, por envolver aspectos científico-tecnológicos, materiais e humanos. Ela compreende a rápida transformação industrial para a produção de itens de interesse militar, sem deixar de atender às demandas civis.

Seu conceito pode ser assim sintetizado (7:14):

> "Conjunto de atividades planejadas, empreendidas e orientadas pelo Estado, no quadro da Mobilização Nacional, desde a situação normal, com o propósito de possibilitar a adequação da capacidade industrial da Nação ao atendimento das necessidades militares e civis, determinadas por uma situação de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira".

Um fator de sucesso na execução da mobilização industrial é a realização, durante a fase de preparo, do cadastramento das indústrias específicas de material de defesa, das indústrias de interesse militar e de outras que possam ser terceirizadas. Tais indústrias irão compor a "Base Industrial Mobilizável" da nação que, em caso de emergência, estará sujeita a transformação industrial. Essa transformação se caracteriza por adaptações, conversões e ampliações das instalações industriais.

PERSPECTIVAS DE UMA MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Situação nacional – O Brasil vem passando por uma crise administrativa que tem afetado os setores da sociedade. Essa crise, ou melhor, as várias crises que se instalaram no país a partir da desorganização político-econômica, iniciada nos anos oitenta, a chamada "década perdida", envolveram o aparelho estatal e caracterizaram-se por:

- distorção do modelo político, devido à "confusão" oriunda de uma constituição de inspiração parlamentarista para um regime presidencialista, o que tem caracterizado os conflitos de atribuições entre os poderes da república;
- desorganização no setor administrativo estatal e a conseqüente dificuldade na formulação de políticas públicas e setoriais;

- crise financeira e fiscal, pela falta de poupança interna para a realização de investimentos e de uma extemporânea política tributária; e

- atual crise energética, conseqüência da imprevidência governamental, que está inviabilizando o crescimento do país.

Tais características agravam os problemas sociais e econômicos e demonstram uma incapacidade de planejamento em nível nacional.

Soma-se a isso, a indiferença das elites políticas na discussão de temas relacionados com a segurança e defesa nacionais. A grande distância geográfica dos cenários de guerra mais recentes e o caráter pacífico do relacionamento internacional brasileiro colaboram com o descuido da sociedade para situações de conflitos inesperadas. É nesse contexto que são analisadas as perspectivas de uma mobilização industrial.

O Brasil, a despeito dos óbices apresentados, conseguiu instalar um parque industrial significativo, posicionando-se entre os dez países mais industrializados do mundo, sem, entretanto, alcançar a posição de economia desenvolvida.

Verifica-se hoje, apesar da evolução, uma indústria brasileira grandemente dependente da importação de componentes de alta tecnologia, como é o caso da EMBRAER (25).

Também chama a atenção a pequena intensidade de tecnologia existente na indústria, onde predominam a baixa e média tecnologia, conforme mostram os dados a seguir (18:2):

INTENSIDADE DE TECNOLOGIA NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Baixa	Média	Média-alta	Alta
37.1	29,6	25,1	8,1

A presença das empresas estrangeiras contribuiu para o agravamento dessa situação, por formar um mercado partilhado por multinacionais e com poucos centros nacionais de produção científico-tecnológicos de alto nível. Como conseqüência, cresce a

importação de equipamentos e o consumo de produtos acabados produzidos por empresas estrangeiras, prejudicando o desenvolvimento da capacidade industrial nacional.

Capacidade de transformação da indústria – Outro aspecto a ser considerado é a capacidade de transformação da indústria, ou seja, as atividades afetas a adaptação, conversão e ampliação do aparato industrial de interesse para a Mobilização. Estas atividades serão mais eficientes quanto maior for a disponibilidade dos fatores da produção. Segundo o Conselho de Desenvolvimento da Indústria (7:32) a situação atual desses fatores pode assim ser discriminada:

Planta industrial – O parque industrial de base, ou seja, o produtor de bens de capital e os setores metalúrgico e químico, possui padrões tecnológicos superiores à maioria dos países em desenvolvimento; todavia, a participação do capital estrangeiro na indústria de transformação é de cerca de 75% do estoque de capital externo existente em todo o país. Há uma crescente dificuldade de absorção de tecnologia de ponta, principalmente pelas empresas nacionais. A capacidade instalada existente está acima da sua real utilização, principalmente nos setores de base, caracterizando, portanto, ociosidade e um potencial produtivo instalado, de acionamento quase imediato, sem necessidade de grandes investimentos em capital e máquinas.

Mão-de-obra – Há disponibilidade e facilidade para seu recrutamento em todo o território nacional. Entretanto, o problema está na falta de capacitação técnica do pessoal e na inexistência de um planejamento para organizar, em tempo hábil, o treinamento necessário para atender às situações de emergência.

Insumos – A preocupação com os insumos está na vulnerabilidade do abastecimento de material importado de origem estratégica ou não. Os combustíveis, particularmente o petróleo, produto que lidera a relação dos bens importados (ver anexo C),

são os insumos de maior vulnerabilidade.

Capacitação Tecnológica – A indústria nacional possui certa experiência em projetos de engenharia de base e de bens de capital, constituindo-se uma alternativa para um esforço de adaptação e conversão do parque industrial. O desmantelamento da IMD tornou-se uma séria limitação ao esforço de transformação industrial, pois essa indústria constitui-se na origem da transferência do "know how" militar e da mão-de-obra habilitada a orientar a transformação industrial.

Outro aspecto negativo a considerar é a concentração das indústrias nas regiões sudeste e sul do país, o que ocasiona uma defasagem tecnológica nas demais regiões.

Quanto à política industrial, o Economista Paulo Eduardo Rocha Brant (1) afirmou que o modelo de desenvolvimento econômico conhecido como "Substituição de Importações", que vigorou no Brasil no período de 1945 a 1989, caracterizou-se por uma política de incentivos a um sistema produtivo integrado, que produzisse internamente a quase totalidade dos produtos. O pouco estímulo à busca de ganhos e a baixa produtividade foram as características desse modelo. As indústrias ficavam defasadas tecnologicamente, enquanto se desenvolvia no mundo a Terceira Revolução Industrial.

A partir dos anos noventa, com a abrupta abertura do mercado, o Brasil passou a adotar um novo modelo econômico, cujas características eram a privatização, a redução de subsídios, a desregulamentação, a integração à economia internacional e a estabilidade monetária como valor fundamental. A coincidência desse novo modelo com aquele imposto pelo Consenso de Washington, significou a total adesão brasileira a tal Consenso.

A política industrial anterior foi substituída por nova relação do governo com o setor privado, uma relação de parceria. O governo transformou-se em articulador e coordenador, relacionando-se com os setores e cadeias produtivas e não mais com as em-

presas. Esse novo papel passou a ser exercido por ocasião dos "Fóruns de Competitividade", que são encontros organizados pelo governo para induzir os setores produtivos a assumirem compromissos, de modo que sejam atingidos os macroobjetivos governamentais de desenvolvimento. Nota-se, nesta postura, a inexistência de políticas industriais tradicionais, que foram substituídas pela busca do consenso entre os participantes desses "Fóruns".

Dos fatos mencionados anteriormente, pode-se inferir que em função de uma legislação incipiente, dos problemas conjunturais enfrentados pelo governo federal, da limitada capacidade de transformação das indústrias, da lastimável situação da IMD e da ausência de uma política industrial consistente, a perspectiva de uma mobilização industrial, a curto ou médio prazos, se constitui em utopia.

CAPÍTULO 4

IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA EM ATIVIDADES DA MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL

O fenômeno da Globalização Econômica, em face da sua íntima relação com a Mobilização Econômica, influencia as atividades relacionadas com a Mobilização Industrial, facilitando ou criando óbices a sua preparação ou implementação. Nas próximas seções, serão apresentadas atividades a ela relacionadas, nas quais a Globalização exerce efeitos significativos.

Aprovação da legislação pertinente

Com a Globalização e a nova ordem mundial surgiu a tendência dos países mais desenvolvidos marginalizarem a destinação das FA dos países periféricos, na tentativa de afastá-las de suas funções constitucionais para atuarem em ações subsidiárias relacionadas à segurança, tais como o combate aos crimes transnacionais. A defesa desses países, por conseguinte, seria realizada por meio de organismos supranacionais.

Essas idéias repercutiram a tal ponto que ocorreu um questionamento sobre a necessidade da existência de FA, com participação, inclusive, de membros da esfera governamental. Associado a este fato, o desconhecimento de grande parcela da sociedade sobre a importância das FA e da Defesa para a nação, tem resultado no descaso das elites acerca dos referidos temas. A conseqüência direta está na baixa prioridade atribuída no Congresso Nacional para a apreciação da legislação que dará suporte legal à Mobilização, como é o caso da Lei de Mobilização Nacional e do SINAMOB, ficando tais assuntos na dependência da vontade política dos parlamentares.

Captação de recursos financeiros de suporte à mobilização

A interdependência complexa e assimétrica entre as economias nacionais é uma característica do processo de Globalização Econômica. Essa assimetria faz com que a volatilidade dos fluxos de capital provoque uma vulnerabilidade externa unilateral, ou melhor, será mais vulnerável o país que apresentar políticas macroeconômicas mais instáveis. A instabilidade dificulta os investimentos produtivos, devido à insegurança ocasionada pela escassez de capital, em caso de sua fuga.

A volatilidade dos capitais pode ser, ainda, acelerada pela influência das agências internacionais de classificação de risco. O caso da crise asiática foi um típico exemplo, pois houve uma fuga desmedida de capitais, logo após as ditas agências classificarem como de alto risco os investimentos naquela região.

O acesso do governo e das empresas brasileiras a fontes de financiamento do mercado internacional também tem sido prejudicado pela baixa pontuação atribuída pelas agências. A expectativa criada por essas agências, quanto à possibilidade de calote da dívida externa pelo Brasil, tem contribuído para isso.

No entanto, a volatilidade dos fluxos de capital pode ser um fator favorável, desde que o país consiga maior credibilidade internacional, participando de forma mais ativa no mercado global e respaldado por políticas econômicas consistentes que permitam o aporte de recursos financeiros ao país. Essa foi a alternativa encontrada pela EMBRAER que, em julho de 2000, lançou ações no mercado internacional, captando US$ 245 milhões, montante que está sendo aplicado na P&D de novas aeronaves e na construção de uma nova fábrica de aviões militares, na cidade de Gavião Peixoto-SP (25).

A administração dos fluxos positivos de capital dos investidores internacionais

pode ser utilizada como alavanca para o crescimento econômico, contribuindo para o desenvolvimento nacional que, por conseguinte, facilitará a captação de recursos indispensáveis à implementação da Mobilização.

Desenvolvimento da indústria nacional

A maneira lógica de desenvolver o parque industrial é incentivar o aumento de sua capacidade produtiva.

A internacionalização da produção aumentou a presença de multinacionais no país e trouxe benefícios à industria nacional. Foram introduzidos novos métodos e processos, bem como aumentada a automação, que resultaram na melhor qualidade do produto final, possibilitando que os bens produzidos sejam competitivos no mercado interno e externo.

No entanto, há um senão nesse processo. A tecnologia externa não é repassada na sua totalidade, trazendo, por conseguinte, o aumento do controle da estrutura produtiva nacional por firmas estrangeiras e uma crescente dependência tecnológica. Tais conseqüências implicarão negativamente nas atividades relacionadas com a aplicação da legislação sobre requisições e na ampliação da capacidade produtiva de material mobilizável.

Outra característica advinda da globalização diz respeito à fusão ou união de pequenas empresas nacionais. Essa reestruturação permitiu o fortalecimento da competitividade, proporcionou intercâmbio e troca de conhecimentos, possibilitando a diversificação de produtos e a criação de novas empresas nacionais. Porém, quando as fusões se processam entre empresas nacionais e estrangeiras, normalmente provocam a desnacionalização das primeiras, o que é um fator prejudicial à Mobilização, especialmente quando essas transações envolvem empresas de importância estratégica para o país.

Capacitação tecnológica

A globalização tem na capacitação tecnológica um requisito acelerador e indispensável ao fortalecimento do Poder Nacional. Ela tem sido utilizada como instrumento de poder das nações, ao invés de constituir um bem universal, disponível e essencial para o desenvolvimento de todos. É por intermédio da manipulação da tecnologia que as nações executam o controle e a monopolização dos mercados, dificultando aos menos favorecidos o acesso à mesma, seja por meio do conceito de propriedade intelectual ou de políticas protecionistas. O controle da tecnologia sensível é cada vez maior, sendo transferida somente aquela já ultrapassada.

Esse "apartheid" tecnológico traz como conseqüência, para países como o Brasil, o atraso tecnológico, prejudicando a evolução da indústria nacional e , por conseguinte, prejudicando as atividades relacionadas à Mobilização Industrial. Um dos setores mais prejudicados é o da IMD, pois utiliza expressiva quantidade de tecnologia de ponta para a fabricação de artefatos militares.

Conscientização nacional

As incertezas e expectativas quanto ao futuro, trazidas pela globalização faz com que os focos das discussões da sociedade se concentrem em torno de temas sócio- econômicos de curto prazo. A interdependência econômica e a velocidade das comunicações aproxima as nações sem que haja tempo e condições necessárias à adaptação. São impostos novos valores e padrões de comportamento social, com tendências à homogeneização das formas de agir e pensar da sociedade. O discurso globalizante, máscara da ideologia hegemônica, questiona instituições permanentes como a família, as Forças Armadas, o Estado Soberano, dentre outras. A transmissão maciça dessas idéias, por

meio da mídia, tem feito com que a sociedade careça da exata compreensão das funções exercidas pelas instituições nacionais.

Há, portanto, desinteresse da sociedade para o trato desses assuntos, principalmente os relacionados ao Estado de Direito e Segurança Nacional. Tal desinteresse adquire força quando se constata o afastamento geográfico dos cenários de guerra, o caráter pacífico do povo brasileiro e a improbabilidade de ocorrência de conflitos.

Assim, esse cenário dificulta a criação e a consolidação de uma mentalidade nacional voltada para a mobilização.

Políticas e estratégias sugeridas

No intuito de minorar as influências indesejáveis da Globalização Econômica sobre a Mobilização Industrial, políticas (P) e estratégias (E) decorrentes serão sugeridas a seguir:

P1 – promoção do conhecimento e conscientização da sociedade quanto à importância da mobilização, como instrumento de desenvolvimento, soberania e dissuasão;

E1 – estimular debates em seminários e encontros que envolvem políticos, órgãos do SINAMOB, centros de estudos acadêmicos civis, entidades governamentais ou não e o empresariado, visando proporcionar melhores conhecimentos dos temas relacionados à Segurança e Defesa Nacionais;

E2 – estimular, no âmbito dos "Fóruns de Competitividade", a discussão de temas relacionados à mobilização;

P2 – redução do atraso tecnológico e da dependência externa;

E1 – aumentar o apoio financeiro aos órgãos e centros de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, de modo a minimizar a dependência externa de recursos de natureza estratégica, de interesse para a defesa;

E2 - congregar os setores industriais, universitário e os centros técnico–científicos na busca de melhor capacitação técnica;

E3 - incrementar a integração das FA no campo da P&D tecnológicos, promovendo parcerias no desenvolvimento de projetos correlatos; e

E4 - aumentar o percentual do orçamento da União destinado à P&D, de modo a alcançar valores próximos a 2% do PIB.

P3 – fomento a indústria nacional;

E1 – regulamentar, dentro do possível, as empresas estrangeiras que atuam ou vierem a atuar no país, de maneira que fiquem sujeitas à mesma legislação das empresas nacionais, nos aspectos relacionados à Mobilização Industrial;

E2 - incentivar a criação de micro e pequenas empresas industriais de material de defesa, com base em encomendas educativas, de modo que a IMD volte a ser fortalecida; e

E3 - incentivar a união entre pequenas indústrias nacionais de material de defesa e suas similares regionais, no âmbito do Mercosul, baseada na contrapartida da transferência de conhecimento e de capacitação tecnológica.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

A Globalização Econômica é uma realidade. Ela é conseqüência da evolução do capitalismo e obteve sua nova roupagem no início dos anos 90. A imposição das idéias neoliberais aos países periféricos, como o caminho exclusivo para o usufruto dos benefícios do mundo desenvolvido, pode ser considerada o seu marco inicial.

Os efeitos desse processo interativo vêm afetando todos os segmentos do Poder Nacional, especialmente o Poder Econômico. A relação de interdependência entre as economias mundiais passou a ser tão acentuada que as crises econômicas ocorridas no interior de um determinado país têm grandes repercussões em países distantes, provocando um verdadeiro "efeito dominó".

Novos instrumentos de poder surgiram, dentre eles o conhecimento, que por meio da ciência e da tecnologia vem moldando percepções e controlando o progresso das nações menos desenvolvidas. Neste contexto, estão as empresas transnacionais que apesar das contribuições para o aumento da renda nacional, intensificam a vulnerabilidade, monopolizam as novas tecnologias por meio da propriedade intelectual e geram, principalmente, a dependência e a desnacionalização.

O Brasil se inseriu nesse processo com uma economia um tanto despreparada, principalmente no setor industrial. Houve uma proliferação de indústrias multinacionais, que passaram a dominar a produção nacional, notadamente nos setores de média e alta tecnologia.

A absorção brasileira do processo globalizante deu-se no momento em que a IMD encontrava-se em franca retração. E esse processo somente acelerou o seu declínio.

Um dos aspectos positivos que poderá contribuir para a recuperação da IMD, refere-se ao esforço de pesquisa e desenvolvimento dos Centros Tecnológicos das FA, que poderão vir a constituir o embrião desse setor de relevante importância estratégica para o país.

A análise panorâmica da capacidade de Mobilização Industrial brasileira revelou deficiências como o estado delicado da IMD, a incipiente legislação, a baixa capacidade de transformação industrial, a dependência da alta tecnologia e, principalmente, a falta de consciência nacional no trato de assuntos relacionados à Defesa e Mobilização Nacionais.

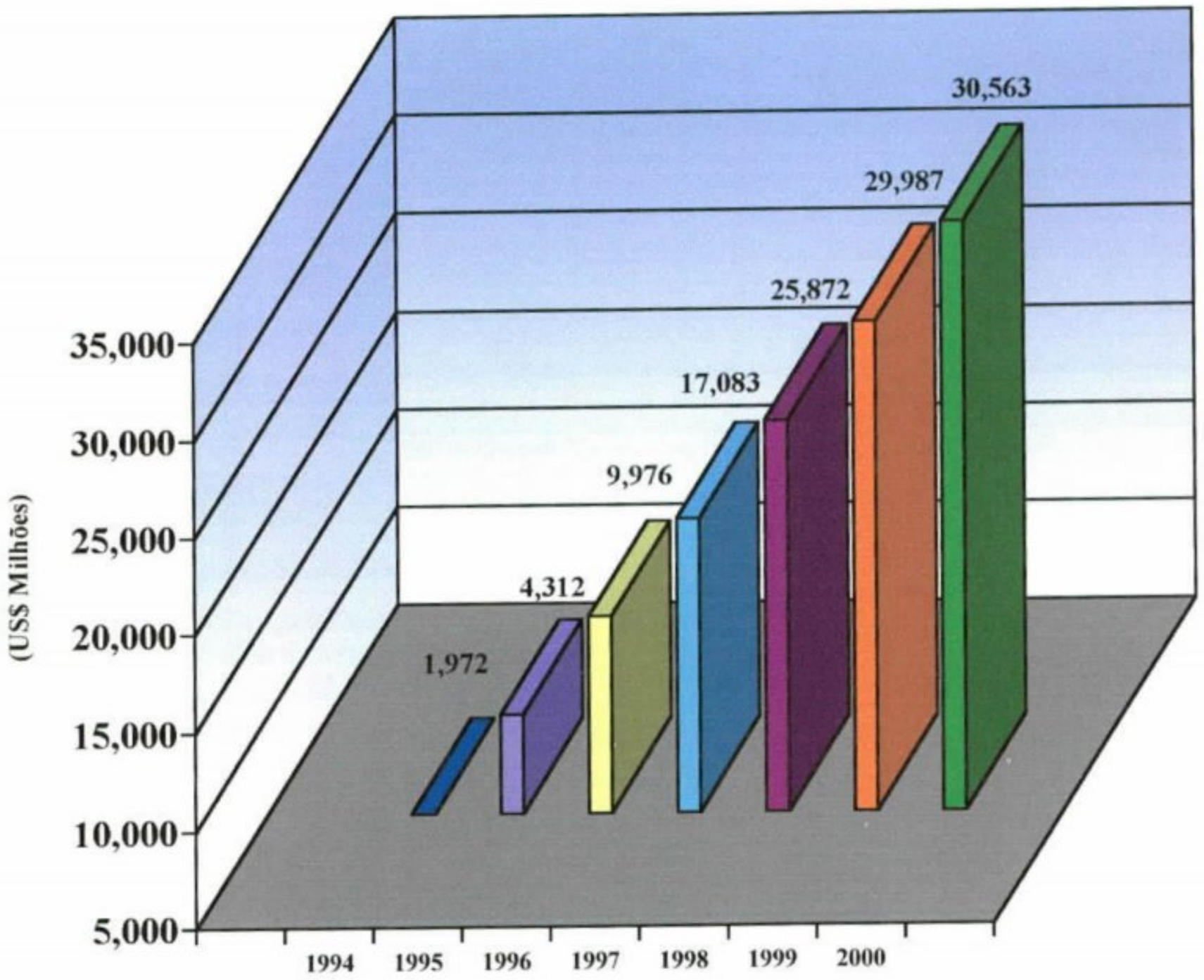
A adoção das políticas e estratégias sugeridas contribuirá para o incremento das atividades relacionadas com o Preparo e a Execução da Mobilização Industrial, neutralizando ou eliminando os efeitos nocivos e estimulando as influências positivas da Globalização.

Caso seja mantido o "status quo" , o processo globalizante poderá levar o país a um colonialismo econômico, enfraquecendo o seu sistema econômico-financeiro e a sua infra-estrutura produtiva. Em conseqüência, a nação tornar-se-á debilitada, com o crescimento controlado e dependente, fraca capacidade de Mobilização e a provável perda de poder dissuasório.

A Globalização Econômica é um processo irreversível, quase impossível de se contrapor a ela. A única opção para o Brasil é a busca de sua inserção internacional sem abrir mão da Soberania e da independência político- econômica, definindo com clareza as metas a alcançar, de modo a delinear o caminho mais condizente com as aspirações nacionais.

ANEXO A

INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO BRASIL



Fonte: BACEN

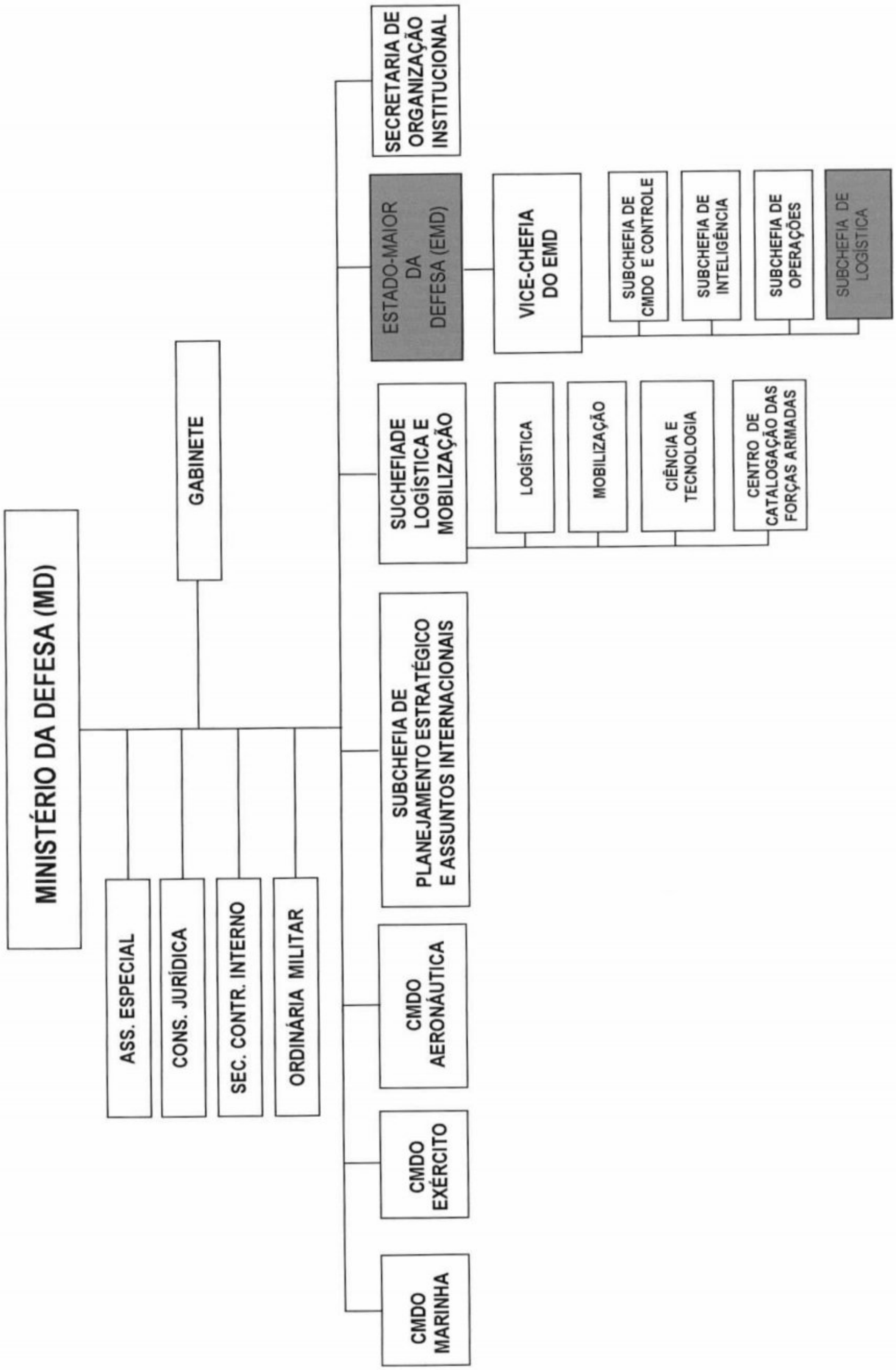
ANEXO B

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS – Em US$ Mil Fob

Discriminação	1999	2000
Aviões	1,771,785	3,054,206
Minérios de Ferro e seus Concentrados	2,746,016	3,048,240
Soja mesmo Triturada	1,593,293	2,187,879
Automóveis de Passageiros	1,138,536	1,768,209
Farelo e resíduos da Extração do Óleo de Soja	1,503,571	1,650,509
Aparelhos Transmissores ou Receptores e Componentes	759,801	1,653,251
Calçados, suas Partes e Componentes	1,342,278	1,617,066
Pasta Química de Madeira	1,243,052	1,601,474
Café Cru em Grão	2,230,111	1,559,125
Produtos Semimanufaturados de Ferro ou Aços	1,095,944	1,360,113
Partes e Peças para Veículos Automóveis e Tratores	1,229,089	1,205,529
Motores para Veículos Automóveis e suas Partes	1,042,504	1,063,705
Suco de Laranja Congelado	1,235,055	1,019,256
Alumínio em Bruto	863,473	945,865
Produtos Laminados Planos de Ferro ou Aços	796,486	859,225
Fumo em Folhas e Desperdícios	883,535	812,842
Outros Produtos	*26,536,915*	*29,697,101*
Total Geral	48,011,444	55,085,595

Fonte: MDIC/Secex

ANEXO C
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA



ANEXO D

PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS – Em US$ Mil Fob

Discriminação	1999	2000
Petróleo em Bruto	2,169,479	3,190,552
Aparelhos Transmissores ou Receptores e Componentes	1,758,791	1,941,340
Naftas	1,115,721	1,858,040
Circuitos Integrados e Microconjuntos Eletrônicos	1,060,025	1,706,567
Partes e Peças para Veículos automóveis e tratores	1,423,415	1,580,279
Apars. Elétricos p/Telefonia, Telegrafia, c/Fios e Partes	865,856	1,349,066
Óleos Combustíveis	692,431	1,270,772
Medicamentos para Medicina Humana e Veterinária	1,311,019	1,253,459
Veículos Automóveis de Passageiros, Incl. Os CKD	1,213,762	1,210,920
Máquinas Automáticas p/Proces. de Dados e suas Unids.	826,158	1,036,348
Compostos Heterociclicos, seus Sais e Sulfonamidas	1,002,765	934,670
Motores de Pistão, suas Partes e Peças	972,643	897,170
Trigo em Grãos	832,119	864,754
Instrumentos e Aparelhos de Medida, de Verificação, etc	764,570	854,553
Motores, Geradores, Transformadores, etc. Elét., Partes	960,220	757,414
Turborreatores e Turbopropulsores e suas partes	596,356	736,333
Outros Produtos	*31,706,563*	*34,341,106*
Total Geral	49,271,893	55,783,343

Fonte: MDIC/Secex

ANEXO E

ENTREVISTA REALIZADA

1. SANTOS, Antonio Rafael Siqueira. Mobilização Nacional. Brasília, 2001. Entrevista concedida a Sidney Cordeiro de Araújo em 21 abr. 2001.

ANEXO F

BIBLIOGRAFIA

1. BRANT, Paulo Eduardo Rocha. Análise crítica do setor industrial. Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 09 jul. 2001.

2. BRASIL. Constituição : República Federativa do Brasil, 1988. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. FI-219A. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.

4. BRASIL. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. Fundamentos Doutrinários. Rio de Janeiro, 2001.

5. ____. Logística nacional. Rio de Janeiro, 2001.

6. ____. Mobilização nacional. Rio de Janeiro, 2001.

7. ____. Mobilização industrial. Rio de Janeiro, 2001.

8. BRASIL. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília, DF, 1996.

9. CAMBESES Jr., Manuel. O Brasil e a crise econômica mundial. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, v. 73, n. 371, p. 14-15, maio. 2000.

10. COSTA, Fernando Moraes Batista. Indústria bélica brasileira. Revista Marítima Brasileira. v.114, n. 1/3, p. 125-134, jan./mar, 1994.

11. COSTA, Renato Luiz Correia da. A globalização e suas implicações com a mobilização nacional. Rio de Janeiro : ESG, 1999. Monografia (CIMN) – Escola Superior de Guerra, 1999.

12. WIENER, Fernando Eduardo Studart. A mobilização da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 06 abr. 2001.

13. FIORI, José Luis. O consenso de Washington. Rio de Janeiro : Centro Cultural do Banco do Brasil, 1998. Palestra proferida para a FEBRAE no Centro Cultural do Banco do Brasil em 04 set. 1998.

14. FRAGOMENI, Antônio Sérgio. Ciência e Tecnologia, seus reflexos na indústria e no comércio exterior. Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM em 04 jul. 2001.

15. GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999.

16. GONÇALVES, Robson Ribeiro. Panorama atual da economia brasileira. Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 03 jul. 2001.

17. GUERRA, Yapery Jupiassu de Britto. Globalização e a indústria brasileira. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 118, n. 7/9, p. 133-136, jul./set. 1998.

18. IBGE. Setores de baixa tecnologia predominam na estrutura industrial brasileira. Texto obtido no endereço http://www.ibge.gov.br/ibge/presidencia/noticias/15122000.shtm. em 04/06/2001.

19. LACERDA, Antônio Corrêa de. O Brasil na contramão : reflexões sobre o plano real, política econômica e globalização. São Paulo : Saraiva, 2001.

20. MACEDO Jr., Euclides Borges de. O uso do mar e a globalização. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 119, n. 7/9, p. 76-77, jul./set. 1999.

21. MAGNOLI, Demétrio, ARBEX Jr., João, OLIC, Nelson Basic. Panorama do mundo, 3. São Paulo : Scipione, 1999.

22. MINC, Alain. As vantagens da globalização. São Paulo : Bertrand, 1999.

23. OHMRE, Kenchi. O fim do estado-nação. 3. ed. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

24. PEREIRA, Heraldo Covas. O plano militar de mobilização . Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 04 abr. 2001.

25. PIRES, Vanildo. EMBRAER evolução tecnológica e integração de sistemas. Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 11 abr. 2001.

26. QUEIROZ, Adail Bessa de. A globalização e suas implicações com a mobilização nacional. Rio de Janeiro : ESG, 2000. Monografia (CIMN) – Escola Superior de Guerra, 2000.

27. QUEIROZ, Carlos Alberto Reis. A atuação do Banco Central. Rio de Janeiro : EGN, 2001. palestra proferida para o C-PEM na EGN em 04 jul. 2001.

28. ROTSTEIN, Jaime. Globalização e internacionalização. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 16, n. 38, p. 117-122, 1999.

29. SANTOS, Antônio Rafael Siqueira. Plano nacional de mobilização. Rio de Janeiro: EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 05 abr. 2001.

30. SATO, Eiiti. A Ordem Internacional hoje: globalização, papel do estado e bens públicos internacionais. Brasília, 2001. Trabalho preparado para o Curso de

Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval.

31. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Reflexões sobre mobilização. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, p. 73, v. 117, n. 1/3, jan./mar. 1997.

32. ____. Plano nacional de mobilização, Rio de Janeiro : EGN, 2001. Palestra proferida para o C-PEM na EGN em 04 abr. 2001.

33. WEBER, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro : Zahar Ed., 1974.

34. ZOCKUN, M. H. A importância das empresas brasileiras de capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional. São Paulo : FIESP, 1999.

002138000005585
A Globalização econômica e
10-B-85

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO
NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA

12 JUN 2002			
22/6/02			
10 ABR 2003			

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

00213800005585
AUTOR A Globalização econômica e
TÍTULO 10-B-85

Devolver em	Nome do Leitor
12 JUN 2002	CF Estela
21 JUN 2002	Renovação CF Estela
04 JUN 2002	RENOVAÇÃO
17 JUL 2002	CC Donato
19 ABR 2003	CC C.NASCIMENTO
30 ABR 2003	RENOVADO S/APRES.
9 AGO 2004	MÁRCIA ANDRÉA
19 MAR 2005	CMG CIRNE

10-B-87

09

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso C-PEM 2001

Partido TI

Solução do P-III-7 (Mo) - MONOGRAFIA

Apresentada Por

JAMIL MERON FILHO

CAPITÃO- DE-MAR-E-GUERRA (IM)

NOME E POSTO

RIO DE JANEIRO

2001

10-B-87

Prezado Leitor

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.